BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro/2025 – ISSN 2175-9103 Nº105

Boletim Número 105
Data: Julho-Agosto-Setembro/2025

EDITORIAL

O Boletim PROEALC número 105, referente ao trimestre de Julho, Agosto e Setembro de 2025, aborda aspectos da conjuntura da América Latina, frente ao governo de extrema-direita nos Estados Unidos e a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro decretada no dia 2 de setembro. Nesse sentido, a política externa norte-americana em relação à América Latina sempre foi constituída a partir de uma relação assimétrica e hierárquica, independentemente dos representantes no poder. Entretanto, vivemos em um período em que há a perda crescente de influência dos Estados Unidos em países que sempre estiveram sob sua subordinação e dominação comercial e esse processo vem ocorrendo principalmente diante do fortalecimento dos BRICS, devido a uma concepção da geopolítica internacional que visa a ampliação das parcerias e trocas. Isso coloca os países do sul global em destaque visando enfatizar a sua soberania nacional e fortalecer os mercados externos e internos. Ademais, a política de invasão norte-americana à Venezuela, sob um discurso de combate ao narcotráfico, visa a cassação do atual presidente venezuelano Nicolás Maduro, a quem o governo dos EUA ofereceu uma recompensa de 50 milhões de dólares por sua captura. Isto exemplifica o modo que a ascensão latino-americana, juntamente a uma rota alternativa ao regimento do dólar, vem amedrontando o atual presidente Donald Trump. Sendo assim, o presidente estadunidense produz uma resposta violenta e intervencionista a partir da taxação de diversos países, como o Brasil, por meio de um tarifaço agressivo de 50%. Sob essa ótica, trouxemos alguns artigos que apontam para o fato de que o Brasil, tal como outros países latino-americanos, ainda possui uma economia dependente da exportação de insumos e enfatiza a relação imperial e de submissão da região na lógica capitalista global. Assim, a intensificação e a diversificação de parcerias comerciais para o país pode ser uma alternativa para uma saída deste regimento polarizado, visando o desenvolvimento nacional. Contudo, isto resulta em consequências positivas e negativas, já que as indústrias brasileiras ainda necessitam do investimento norte americano à medida que o investimento na produção nacional em meio a tensão gerada pelo tarifaço pode representar uma nova dinâmica internacional diversificada saindo da lógica unilateral.

Outrossim, o julgamento e condenação de Bolsonaro e seus apoiadores, no Supremo Tribunal Federal, necessita ser destacada, pois representa um marco nacional diante da vitória pela batalha da democracia e punição de ações autoritárias que desafiam e deslegitimam a Constituição de 1988. Ainda em outros artigos aqui apresentados, buscamos trazer visões ampliadas sobre o atentado de 8 de janeiro e a tentativa de anistia, apontando justamente para a relação entre o governo atual norte americano em apoio aos golpistas. Buscamos trazer também uma reflexão sobre a aprovação da PEC da Blindagem na Câmara dos Deputados no dia 16 de setembro, que consiste na quase impossibilidade de julgamentos, denúncias e investigações à Deputados e Senadores, aumentando assim a impunidade política e o enfraquecimento do princípio da igualdade. Nesse trimestre, diversos veículos de imprensa celebraram a saída do Brasil do mapa da fome da ONU. No entanto, por trás dos números oficiais, uma realidade mais dura é escamoteada: milhões de brasileiros ainda passam fome, enquanto o país exporta alimentos em larga escala e desmonta políticas de segurança alimentar. O boletim, dessa forma, contribui para o debate de problematização dessa narrativa, mostrando como a fome no Brasil não acabou, ela é estrutural do sistema capitalista dependente brasileiro. Portanto, a fome apenas se tornou invisível aos métodos estatísticos adotados.

Além disso, incluímos uma reflexão sobre o processo eleitoral da Bolívia, que evidencia a crise de um ciclo progressista e o avanço de forças neoliberais, apontando para a urgência de repensar os caminhos da esquerda em nosso continente.
Finalizando, trouxemos uma opinião que aborda a relação entre a tentativa de fuga de Jair Bolsonaro para a Argentina com o desgaste político de Javier Milei diante da ação corrupta de sua irmã, em uma trama de roubo de recursos públicos destinados à saúde.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões, inspirações e questões para futuros debates!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
Bernardo Cardoso de Almeida Vieira
Mateus dos Santos Nascimento
Rafael Alves Ribeiro
Bolsistas pesquisadores do PROEALC

Em Foco I

O tarifaço imposto por Trump para o Brasil e soberania latino-americana: um debate necessário.

Por *Bernardo Cardoso de Almeida Vieira**
11/09/2025

No dia 15 de Julho de 2024 o republicano Donald Trump foi reeleito e assumiu novamente a presidência dos Estados Unidos com, aproximadamente, 51% dos votos totalizando um montante de 71 milhões e desde a sua retomada o mesmo adotou uma postura em relação à política exterior voltada para o fortalecimento nacional a partir de uma perspectiva hegemônica intervencionista e extremamente agressiva principalmente diante dos países latino americanos, questionando assim a sua própria soberania e independência.

Diante disso, o tarifaço de Trump aplicado ao Brasil surge a partir de uma perspectiva colonial visando a manutenção da lógica imperialista ocidental sob um preceito de fortalecimento nacional, ”Make America Great Again”, nesse esse viés radical o principal objetivo consiste na centralização do dólar como moeda universal das relações geopolíticas globais. Sendo assim, o atual presidente norte-americano aplica tarifas extremamente altas as principais nações que compõem o bloco econômico internacional dos BRICS, entretanto como foi reiterado pelo atual presidente Luiz Lula Inácio da Silva o Brasil não deve recuar em meio a uma ação extremamente violenta que busca uma relação econômica assimétrica ou unilateral.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o Brasil foi o país que sofreu a maior tarifa em relação a exportação de produtos chegando a 50%. Logo, o pacote de medidas governamentais monitorado pela Câmara Nacional de Acompanhamento do Emprego visa a redução do impacto desse tarifaço para com as empresas brasileiras estimulando a ampliação da produção e do mercado nacional, já que segundo fontes cerca de 36% nacionais foram taxadas.

Ademais, a aplicação dessa política não foi fundada com a finalidade de atacar de maneira agressiva aos EUA já que não desrespeita em nada os direitos humanos, pois como dito pelo presidente Lula, "Ninguém está desrespeitando regras de direitos humanos como estão tentando apresentar ao mundo. Toda vez que nossos amigos [norte-]americanos resolvem brigar com alguém eles tentam criar uma imagem de demônio contra as pessoas que eles querem brigar", afirmou."

Nessa perspectiva há um enorme interesse pelo bloco econômico dos Brics em criar uma moeda própria como uma possível saída ao regimento do dólar como moeda global hegemônica, assim, quando falamos em uma defesa pela soberania nacional devemos reiterar em um fortalecimento dos países que constituem o sul global, visando uma relação voltada para a troca e diálogo cooperativo.

Diante da guerra comercial e tarifária imposta por Trump aos países sul americanos houve um aumento na colaboração comercial entre China e Brasil representada pelos Brics que têm o surgimento pautado nessa integração das nações a partir de uma relação fundada na cooperação diante da recusa de uma postura hegemonia norte americana que busca a todo momento controlar e regular esses países visando manter uma relação de distanciamento e assimetria pautada no pressuposto de hierarquia social.

Em contrapartida, diante da polarização política devido ao aumento constante do movimento bolsonarista e das extrema direitas globais foi analisado que um percentual relevante de cidadãos brasileiros apoiam essa política norte americana juntamente a anistia do ex-presidente Jair Bolsonaro exaltando a aplicação da Lei Magnitsky contra o atual ministro do STF Alexandre de Moraes visando um "Brasil acima do STF". Contudo, essa posição assumida contrária ao supremo tribunal federal pela extrema direita reforçada na fala do ministro Luiz Fux afirmando a sua incompetência no julgamento possui uma afinidade direta

com a visão de Trump quando o mesmo decide abrir uma investigação diante de uma suposta ação discriminatória do Brasil aplicada aos Eua devido a investigação do STF em relação a ação predatória de desmatamento pelas Big Techs.

Nesse sentido, analisamos como a postura do atual governo trumpista pressupõe uma narrativa de combate agressivo e violência a qualquer outro país que se coloque minimamente contrário às suas pretensões dominantes, logo o próprio slogan utilizado na sua campanha citado acima reforça esse ideal colonizador de "américa para os americanos e EUA acima do mundo" partindo de uma lógica individualista de mercado adotada pelo país ao decorrer da história desde a Doutrina Monroe criada em 1823.

Desse modo, a Doutrina Monroe formulada pelo ex-presidente norte americano James Monroe que em seu momento inicial visava unicamente uma relação de não intervenção entre o continente europeu e os Estados Unidos obteve uma expansão e passou a ser utilizada como justificativa para uma política de dominação e colonização de diversas nações principalmente as do sul global como o Brasil.

Ademais, essa estratégia hegemônica se torna desafiada e questionada pela primeira vez com a resistência do Brics ao tarifaço de Trump, representando uma nova rota a geopolítica internacional voltada para o fortalecimento dos países latino-americanos e uma nova alternativa econômica fora desse ciclo do dólar que hoje representa 40% da economia global e vem constantemente tomando força.

Contudo, outras medidas além do tarifaço tomadas pelo presidente Donald Trump demonstram o medo e preocupação diante da perda de poder e controle nas relações econômicas mundiais como a perseguição a Venezuela enviando três navios da marinha americana ao país diante de uma suposta narrativa de combate ao mercado de drogas internacional e ao narcotráfico, porém essa ação só exemplifica o desrespeito à soberania venezuelana e a violência simbólica implícita, já que os navios enviados são maiores que toda a frota nacional.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar como a política norte americana vive sob um constante processo de manutenção da sua dominação hegemônica das nações por meio de

medidas repressivas e discursivas, nas quais estão a todo momento agindo de maneira que fere os direitos humanos sob uma narrativa de defesa e proteção deles, logo, “Um dos paradoxos que os Estados Unidos têm é ser uma república imperial, com valores do republicanismo democrático, que muitas vezes tem agido com base no imperialismo mais clássico, com interesses puramente comerciais.”

Entretanto, não devemos confundir uma política isolacionista com uma de cunho unilateral, pois embora o slogan americano atual esteja apoiado em uma narrativa de construção e desenvolvimento da nação voltado para o benefício próprio e auto suficiente é necessário relembrar que o processo de industrialização dos estados unidos é marcado por relações hierárquicas de dominação de outras nações e povos como enfoque nos do sul global gerando uma certa dependência e submissão, na qual as relações econômicas, sociais e políticas sempre estiveram pautadas em um ganho norte americano seja pela extração de recursos naturais ou pelas economias como no caso do Brasil que estão pautadas na exportação de insumos nacionais e do Agronegócio.

Ademais, busco pensar quais os limites de rompimento dos países do sul global com a política norte americana, já que de certa maneira as suas economias foram historicamente fundadas na unilateralidade, analisando como essa dinâmica de dependência e subserviência vai além do plano da economia afetando as ramificações políticas, culturais e sociais.

Com isso, analiso como a aproximação entre o atual presidente Donald Trump e o ex-presidente Jair Bolsonaro demonstra um fortalecimento da extrema direita e do conservadorismo alinhado a uma narrativa de justificação de atos antidemocráticos partindo de uma lógica de defesa a democracia como no caso do ato de 8 de janeiro de 2023 quando em detrimento às eleições presidenciais de 2022 e a vitória do atual presidente Lula do Partido dos Trabalhadores (PT) os eleitores de Bolsonaro invadiram de modo violento, ferindo a constituição de 1988 e o palácio do planalto em Brasília partindo de um discurso de suposta fraude das urnas pelo Supremo Tribunal Federal(STF) e a partir disso foi realizado um ataque em massa que causou danos e prejuízos materiais graves estimados em 20 milhões de reais além do desrespeito ao exercício da cidadania e ação ilegítima contra o sistema político brasileiro.

Posto isso ,como analisado posteriormente pelas autoridades houve a descoberta de que o ato não foi exclusivamente uma organização realizada somente por parte do eleitorado ,porém algo planejado juntamente ao ex-presidente e seus apoiadores, logo foi uma ação inconstitucional arquitetada visando a derrubada do sistema democrático e a conquista do poder político por meio da força bruta e combate físico ,assim ressalto como a os movimentos de extrema direita liberais mobilizam e distorcem a realidade visando a justificar ações contrárias aos princípios de liberdade e igualdade afirmando aquilo que eles mesmos infringem através de discursos carismáticos e uma rede muito bem estruturada e articulada no âmbito midiático e interno.

Contudo, a tentativa de fuga e exílio para a argentina formulada pelo ex-presidente reforça o medo e receio diante do julgamento no Supremo Tribunal Federal ocorrido em 2 de setembro, “O arquivo intitulado “Carta JAIR MESSIAS BOLSONARO” tem 33 páginas e reproduz um pedido de asilo político dirigido ao presidente da Argentina, Javier Milei”, nesse sentido, a articulação entre Jair Bolsonaro, o atual presidente argentino e o apoio ao Donald Trump demonstra uma articulação entre os governos de extrema direita e de que modo as narrativas neoliberais atuam na deslegitimação do sistema democrático o que resulta na inversão de determinados valores como liberdade e igualdade buscando a mobilização popular e o controle dos aparelhos de mídia como as redes sociais visando popularizar o seus ideais e integrar as mentes humanas pela disseminação de maneira carismática como a criação da plataforma Brasil Paralelo em porto alegre no ano de 2016 que exemplifica de modo claro o domínio dos discursos.

Portanto, o tarifaço de Trump mobilizou não somente a ação e nova articulação dos países referentes ao sul global como influenciou em novas dinâmicas econômicas e políticas dos países europeus já que a própria União Europeia (UE), desde as últimas eleições norte americanas em novembro de 2024, iniciou um processo de ampliação das alianças comerciais principalmente referente ao Mercosul diante da diversificação de produtos agrícolas e energéticos. Ademais, essa modificação na ordem internacional global demonstra uma potencialização dos mercados e economias de países latino-americanos, historicamente classificados como “periféricos” e “dependentes” do norte global, e a partir disso permite um novo olhar para as dinâmicas de trocas e parcerias sob uma perspectiva menos centralizada e hierárquica pensando na lógica de não submissão, mas sim de cooperação e aliança.

Por fim, podemos analisar a concepção do tarifaço como uma possibilidade de abertura para um novo campo de visão e ação para uma fuga do sistema de submissão e dependência de raízes coloniais e de centralidade aos países da região norte que vem em um processo de manutenção ao decorrer da história política e econômica internacional desde o princípio da Doutrina Monroe como abordado acima até a política isolacionista americana em oposição a um cenário geopolítico multipolar baseado na troca e relações entre multi-atores que trocam e dialogam de maneira estratégica buscando o fortalecimento de suas economias e mercados externos e internos.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

REFERÊNCIAS:

Brasil de Fato. A disputa do popular. 5 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/05/a-disputa-do-popular/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Brasil de Fato. O Brasil e dos brasileiros e o Congresso Nacional. 24 jul. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/07/24/o-brasil-e-dos-brasileiros-e-o-congresso-nacional/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Brasil de Fato. O Brasil não está a venda: teto de gastos, Trump e o ataque a nossa soberania. 21 jul. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/07/21/o-brasil-nao-esta-a-venda-teto-de-gastos-trump-e-o-ataque-a-nossa-soberania/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Brasil de Fato. O tarifaço de Trump e a soberania brasileira. 19 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/19/o-tarifaco-de-trump-e-a-soberania-brasileira. Data de Acesso em: 20 ago. 2025.

Brasil de Fato. O tarifaço de Trump e a urgência de taxar os bilionários: quem paga a conta do ajuste fiscal? 22 jul. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/07/22/o-

tarifaco-de-trump-e-a-urgencia-de-taxar-os-bilionarios-quem-paga-a-conta-do-ajuste-fiscal/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Brasil de Fato. Patriotas e traidores no Brasil neoliberal. 5 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/05/patriotas-e-traidores-no-brasil-neoliberal/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Brasil de Fato. Por uma nova defesa nacional. 1 ago. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/01/por-uma-nova-defesa-nacional/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

IGREJA, Rebecca. As ciências sociais brasileiras frente à ascensão da extrema-direita: uma reflexão urgente e necessária. Revista Semestral de la Asociación Latinoamericana de Antropología (ALa), 2020.

MILANI, Livia. Donald Trump e a América Latina: desconstruindo a ordem liberal. Revista Sul Global: UFRJ, 2021.

NUNES, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

Opera Mundi. Bolsonaro, Trump e a traição à pátria como pornochanchada. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/bolsonaro-trump-e-a-traicao-a-patria-como-pornochanchada/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Opera Mundi. Bolsonarismo deu início à operação tudo ou nada e a guerra está declarada no plano de paz. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/bolsonarismo-deu-inicio-a-operacao-tudo-ou-nada-e-a-guerra-esta-declarada-no-plano-de-paz/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Opera Mundi. Por que Donald Trump está atacando o PIX? Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/por-que-donald-trump-esta-atacando-o-pix/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Opera Mundi. Tarifaço Trumpista contra o Brasil zera o jogo político. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/tarifaco-trumpista-contra-o-brasil-zera-o-jogo-politico/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

Opera Mundi. Trump e suas tarifas: o império permanece. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/opiniao/trump-e-suas-tarifas-o-imperio-permanece/. Data de Acesso em: 15 ago. 2025.

SALGADO, Carolina. A política externa do Brasil entre a multipolaridade e a interdependência: o papel das coalizões sul-sul e análise das contribuições às organizações internacionais e bancos regionais como modalidade da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na era Lula. Anais do 3º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 20 a 22 de julho de 2011.

Em Foco II

PL da Devastação: vetos limitados, retrocessos mantidos

Por *Fernanda Beatriz*
25/08/2025

No dia 8 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido pelos movimentos socioambientais como “PL da Devastação”. Aprovada sob forte pressão da bancada ruralista, a proposta desmonta pilares históricos do licenciamento ambiental no Brasil, fragilizando instrumentos que há décadas funcionam como barreira contra a destruição de biomas e territórios tradicionais. Embora o governo tenha barrado alguns pontos considerados mais críticos, a maior parte da estrutura que flexibiliza regras e favorece grandes empreendimentos foi mantida.

O Planalto buscou apresentar os vetos como um gesto de responsabilidade ambiental, especialmente no contexto da preparação do país para sediar a COP30, em Belém, em 2025. No entanto, especialistas, organizações socioambientais e movimentos populares alertam que

a lei, mesmo com cortes promovidos pelo Executivo, representa um enorme retrocesso. As mudanças aprovadas consolidam a lógica do licenciamento por adesão e compromisso, que permite a liberação automática de atividades potencialmente impactantes, sem estudos técnicos detalhados nem participação social. Assim, abre-se caminho para ampliar a degradação ambiental, legalizar práticas nocivas e enfraquecer o papel fiscalizador do Estado.

Esse movimento do governo ocorre em um momento delicado. A COP 30, muito aquém de um espaço de compromisso real com o enfrentamento da crise climática, tende a se transformar em vitrine para os interesses do capital nacional e internacional, que se apresentam com discurso "verde" enquanto aprofundam o modelo predatório responsável pela crise ambiental. Lula tem apostado na narrativa da transição ecológica e da sustentabilidade como estratégia de projeção global, mas mostra-se incapaz de romper com as bases estruturais do desenvolvimento extrativista e destrutivo que sustentam o atual modelo econômico.

A opção por uma reação tímida diante de um projeto amplamente criticado reflete essa contradição. Interlocutores do Planalto confirmaram que, mesmo diante de pareceres técnicos contundentes de órgãos ambientais e especialistas, a decisão final coube ao presidente. A elevada politização do tema e o temor de desgaste com o Congresso pesaram mais que as críticas ambientais. Essa escolha pragmática expõe os limites da agenda socioambiental do governo, cada vez mais condicionada pela força do lobby ruralista e pelas pressões por maior "agilidade" nos processos de licenciamento.

Vetos do PL da Devastação

Entre os vetos mais relevantes promovidos pelo presidente Lula estão o §1º do art. 4º, os incisos XXXV e XXXVI do art. 3º e o §1º do art. 18. Esses dispositivos buscavam permitir que Estados e Municípios definissem livremente atividades dispensadas de licenciamento ou alterassem critérios técnicos de porte e potencial poluidor. Ao vetá-los, o governo preservou a uniformidade técnica nacional e a competência normativa da União, evitando a fragmentação da política ambiental em dezenas de legislações locais.

Também foram barradas ampliações abusivas de dispensas e simplificações previstas nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 22 e em trechos dos arts. 25 e 26. Essas normas incluíam listas extensas

de atividades isentas de licenciamento, possibilidade de aprovação automática por decurso de prazo e generalização da Licença por Adesão e Compromisso (LAC). Com os vetos, empreendimentos de risco significativo seguem obrigados a passar por análise técnica e a realizar estudos ambientais.

Outros vetos importantes recaíram sobre os arts. 42, 43 e 44, que tentavam esvaziar o poder de órgãos gestores e excluir terras indígenas e quilombolas das salvaguardas legais. A decisão manteve a vinculação dos pareceres técnicos e garantiu que empreendimentos que ameacem povos e territórios tradicionais possam ser barrados ou condicionados. Dispositivos como os arts. 58 e 66 também foram rejeitados, impedindo retrocessos jurídicos e mantendo a competência federal na proteção da Mata Atlântica. Além disso, foram cortadas simplificações que poderiam permitir intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou a aprovação de obras de saneamento e energia sem análise dos impactos cumulativos, conforme previa o §7º do art. 9º e o caput do art. 10.

Apesar dessas salvaguardas, a lei mantém dispositivos que fragilizam o licenciamento, ignoram a consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT e abrem brechas para acelerar projetos sem proteção adequada. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) destacou que é fundamental o Congresso manter os vetos presidenciais e que o Governo Federal avance para recompor garantias suprimidas pelo Legislativo.

O maior ponto de controvérsia, entretanto, permanece sendo a Licença Ambiental Especial (LAE), incluída no texto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e mantida pelo Planalto. O instrumento permite acelerar a autorização de empreendimentos considerados “estratégicos”, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas ou grandes obras de infraestrutura. Regulamentada por medida provisória, a LAE prevê prazo de até um ano para análise do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), mas impede que o processo seja realizado obrigatoriamente em uma única etapa. Lula optou por não vetá-la e, em vez disso, editou uma Medida Provisória (MP) para regulamentar seu funcionamento. Isso significa que a LAE já está em vigor, com força de lei e validade imediata, mesmo antes da análise pelo Congresso, que terá 120 dias para decidir se a mantém, altera ou rejeita.

Na coletiva de imprensa, a ministra Marina Silva e outros representantes do governo defenderam a LAE como uma "inovação positiva", argumentando que o caráter estratégico não implica aprovação automática e que empreendimentos inviáveis podem ser negados. Ainda assim, especialistas alertam que a medida provisória mantém espaço para pressões políticas sobre órgãos ambientais, sobretudo em contextos de governos menos comprometidos com a pauta socioambiental. Até 15 de agosto, parlamentares já haviam apresentado mais de 800 emendas ao texto, incluindo "jabutis" que tendem a ampliar ainda mais a flexibilização.

O cálculo político em torno da LAE evidencia a dificuldade do governo em equilibrar compromissos ambientais e pressões parlamentares. A antecipação de sua vigência foi interpretada como gesto de deferência a Davi Alcolumbre, aliado estratégico do Planalto, reforçando a tensão entre compromissos internacionais do Brasil e os interesses de grandes empreiteiras, mineradoras e petrolíferas. A secretária-executiva da Casa Civil, Míriam Belchior, chegou a confirmar que projetos como a BR-319 e empreendimentos estratégicos de mineração e petróleo poderão ser analisados no conselho de governo que define a aplicação da LAE.

A polêmica em torno da Licença Ambiental Especial (LAE) ganha ainda mais peso quando relacionada a outros retrocessos legislativos em curso. Paralelamente à edição da Medida Provisória que já coloca a LAE em funcionamento, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou um projeto que regulamenta a exploração econômica em Terras Indígenas. O texto permite atividades de altíssimo impacto, como a extração de minerais, inclusive via garimpo, a exploração de petróleo e gás natural, além de prever ecoturismo e etnoturismo nesses territórios.

Mais grave ainda, a proposta revoga dispositivos da Lei 7.805/1989, que assegurava aos povos indígenas a exclusividade sobre a exploração de suas próprias terras e proibia o garimpo nesses territórios. Ou seja, retira garantias históricas e abre espaço para interesses privados avançarem sobre áreas constitucionalmente protegidas.

Nas redes sociais, Lula buscou reafirmar que os vetos asseguram critérios técnicos sólidos, respeito à Constituição, proteção de povos indígenas e quilombolas e segurança jurídica para investidores. Essa narrativa, no entanto, contrasta diretamente com o cenário

descrito: de um lado, a Medida Provisória da LAE, que acelera licenças para grandes empreendimentos estratégicos sem garantir a aplicação integral do licenciamento trifásico; de outro, a tramitação de projetos no Congresso que avançam sobre Terras Indígenas, permitindo mineração, petróleo, gás e até o garimpo em áreas constitucionalmente protegidas. Diante dessas contradições, advogados e especialistas alertam que ainda há espaço para contestação no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte já considerou inconstitucionais licenças simplificadas para atividades de grande impacto, o que abre margem para questionamentos sobre a LAE e até mesmo sobre a revogação de garantias históricas previstas na Lei 7.805/1989. Em ambos os casos, o núcleo do problema é o mesmo: a tentativa de flexibilizar instrumentos de proteção ambiental e territorial em nome de interesses econômicos imediatos, colocando em risco não apenas os povos indígenas e quilombolas, mas também a integridade dos biomas.

Conflitos internos e o rebaixamento do governo frente ao PL da Devastação

Uma ala significativa do governo federal chegou a defender a sanção integral do PL 2.159/2021, mesmo diante das críticas de especialistas e movimentos socioambientais. Os ministérios da Agricultura (MAPA) e de Minas e Energia (MME) pressionaram abertamente para que Lula não realizasse vetos, ainda que isso significasse enfraquecer o licenciamento ambiental e abrir caminho para a destruição de biomas e territórios tradicionais.

Um levantamento da Agência Pública mostrou que, poucos dias após a aprovação do projeto na Câmara, a Casa Civil solicitou manifestação de 17 ministérios, além da AGU e da Secretaria de Análise Governamental. No MME, pelo menos dez departamentos apoiaram a sanção total; já no MAPA, apenas uma coordenação defendeu vetos, propondo inclusive ampliar a autonomia de Estados e Municípios - ponto que acabou rejeitado pelo presidente.

O governo tentou sustentar uma imagem de diálogo e consenso, mas os fatos revelam um Executivo acuado e fragmentado, pressionado por ministérios alinhados a interesses econômicos e pela bancada ruralista. A sinalização de derrubada de vetos por parte do Legislativo deixou clara a dificuldade do governo em manter medidas de proteção ambiental, enquanto a articulação política para preservar os poucos vetos efetivos se mostrou limitada. A reação do Executivo diante do Congresso também expôs fragilidade: até 15 de agosto, já

haviam sido apresentadas mais de 800 emendas à medida provisória da LAE, muitas com "jabutis" que ampliam ainda mais as brechas de flexibilização do licenciamento.

Em coletiva à imprensa, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, buscou resgatar sua imagem histórica como liderança ambiental ativa, apresentando os vetos como prova de preocupação com a proteção de povos indígenas, quilombolas e da integridade do licenciamento. No entanto, a defesa feita por Marina funciona mais como malabarismo político, reforçando uma narrativa de responsabilidade ambiental que não se traduz em ação concreta para conter os retrocessos.

O resultado é um governo que se mostra rebaixado e fragilizado, tentando equilibrar pressões do agronegócio e da construção civil, mas incapaz de implementar mudanças estruturais que garantam proteção ambiental efetiva. Mesmo com esses vetos, a maior parte da lei segue em vigor, incluindo a LAE e a expansão da LAC para pequenas atividades, mantendo flexibilizações que podem acelerar empreendimentos sem avaliação adequada ou participação da sociedade. Ou seja, os vetos funcionam mais como uma fachada de responsabilidade ambiental, sem mudar a essência do retrocesso do licenciamento no país.

Link: https://jornalofuturo.com.br/artigo/1pDAJI-pl-da-devastacao-vetos-limitados-retrocessos-mantidos

Em Foco III

Tarifaço de Trump escancara disputa imperialista por terras raras brasileiras

Por *Autor não identificado*
05/09/2025

Enquanto o presidente Lula entoa discursos de 'soberania nacional', os recursos estratégicos do Brasil são silenciosamente leiloados em mesas de negociação internacionais.

Desde o dia 6 de agosto, está vigente o aumento nas tarifas à alíquota de 50% para produtos brasileiros, ressalvados mais de setecentos produtos em seu texto final, como

aeronaves, suco de laranja, castanhas, madeira e outras tantas mercadorias que fazem parte das exportações do Brasil aos Estados Unidos.

A recente ofensiva alfandegária do governo Trump ao Brasil, com o objetivo de embargar ministros do STF, proteger aliados políticos da extrema-direita e sinalizar à sua base de apoio, sob o disfarce de resposta à supostas práticas econômicas desleais brasileiras, revela-se mais uma iniciativa da busca do imperialismo estadunidense por minerais críticos, visando romper o domínio chinês no setor.

Consolidada como maior importadora de minerais como cobalto e cobre, usados massivamente na chamada transição energética e tecnologias de ponta, a República Popular da China construiu na última década o domínio em outra peça chave para produção: as terras raras.

Grupo de 17 elementos químicos metálicos, as chamadas terras raras referem-se não à simples raridade geológica, mas sim à extrema complexidade de obtenção destas, dado o fato de que não ocorrem de forma concentrada, isto é, mineralizada, levando a um penoso processo de separação.

Responsável por cerca de 70% da produção global destes elementos, a China também monopoliza, na prática, o seu refino. Isto se deve em grande parte ao fato do país atuar realizando uma integração vertical do processo, onde empresas estatais controlam desde a extração até a transformação em produtos semiacabados e componentes tecnológicos finais.

Nesse contexto, a utilidade estratégica das terras raras não reside em seu estado bruto. Extraídos em pequenas quantidades e raramente encontrados em sua forma pura, esses elementos são inicialmente inertes. Seu valor real – e o cerne de sua disputa geopolítica – é liberado apenas quando processados e integrados em ligas metálicas de alta precisão. O Neodímio, por exemplo, quando ligado ao Ferro e ao Boro, forma a potente liga NdFeB, criando os ímãs permanentes usados na agulha que lê dados em discos rígidos (HDs) e em geradores de turbinas eólicas.

Com as rédeas da produção fora de alcance, EUA e União Europeia encaram a própria dependência como uma ameaça estratégica. É dessa forma que, em meio a guerra comercial estabelecida com o país asiático, as tarifas impostas pelo governo Trump têm surtido efeito negativo no coração do império, uma vez que foram respondidas com a suspensão da exportação de terras raras por parte da China.

Em meio às disputas interimperialistas por recursos, assim, o tarifaço e a crise diplomática instaurada pelo governo Trump formam uma nova frente de disputa econômica, que se soma a tentativa escancarada de intervenção pela anistia do principal articulador político da extrema-direita no Brasil.

Diante desse cenário, o Brasil se encontra em uma encruzilhada que dificilmente terá uma resposta à altura por parte do social-liberalismo: ser um mero exportador de commodities minerais em um jogo geopolítico alheio ou, finalmente, acionar os mecanismos de soberania e desenvolver uma cadeia produtiva nacional de alto valor agregado. A postura do governo Lula, até agora, é vacilante e contraditória. Se, por um lado, o discurso presidencial evoca a defesa da autodeterminação dos povos, por outro, a dependência econômica e a pressão diplomática forçam concessões que alienam, mais uma vez, o potencial estratégico do país.

A dependência e a subserviência podem ser vistas, de forma clara, nas recentes declarações do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que sugeriu “[...] fazer acordos de cooperação [com os EUA] para produzir baterias mais eficientes, na área tecnológica”, sugerindo que as terras raras sejam usadas como trunfo no convencimento da retirada das taxas e dos embargos.

Após décadas à mercê da austeridade, o Brasil afunda num ciclo de desindustrialização neoliberal — um roteiro que se repete, governo após governo – processo que se mantém após a eleição de Lula em 2022, contrariando suas promessas de campanha e beneficiando sobretudo a burguesia nacional associada ao agronegócio e ao capital extrativista internacional.

Além da impossibilidade de o capitalismo dependente brasileiro estabelecer uma política soberana para minérios estratégicos, o país agora caminha a passos largos para consolidar um modelo de mera exportação de commodities sem valor agregado. Prova disso

foi a aprovação do PL da Devastação (Marco Legal dos Licenciamentos Ambientais, Lei nº 14.726/2023), enfraquecendo as exigências para licenças ambientais, acelerando autorizações para grandes empreendimentos – especialmente mineradores e do agronegócio – e reduzindo a participação social e técnica nas decisões, privilegiando interesses corporativos em detrimento do controle público sobre recursos naturais.

Vale lembrar, ainda, que a extração desses recursos, sobretudo as terras raras, é notoriamente uma das atividades mais impactantes ao meio ambiente. O processo envolve a movimentação de grandes volumes de terra, o uso intensivo de água e produtos químicos tóxicos – como ácidos sulfúrico e fluorídrico – para a separação dos elementos, gerando rejeitos muitas vezes radioativos e contaminando solos e lençóis freáticos.

Nessa conjuntura, o risco de uma intervenção militar direta, como a vivida pela Venezuela, pode parecer distante, mas não é desprezível. A presença de tropas dos EUA na região, sobretudo na Colômbia, e as justificativas já testadas – "combate ao narcotráfico", "promoção da democracia" ou "estabilização regional" – criam um receituário pronto para ser acionado caso os interesses econômicos sejam severamente ameaçados ou se a instabilidade política for fomentada a ponto de justificar uma intervenção.

A soberania, portanto, não se perde apenas em acordos de livre comércio, mas também na incapacidade de se defender de operações de desestabilização e na submissão a uma arquitetura de segurança hemisférica comandada por Washington.

O verdadeiro teste para o governo não é apenas responder com palavras à provocação do imperialismo, mas sim agir para reter para o Brasil a riqueza e o conhecimento contidos em seu subsolo. Isso exigirá muito mais do que retórica: exigirá romper com o extrativismo colonial, controlar capital estrangeiro no setor estratégico e ousar desafiar, na prática, a subserviência aos EUA, que há séculos dita o lugar do Brasil no mundo.

Link: https://jornalofuturo.com.br/artigo/7Lejrc-tarifaco-de-trump-escancara-disputa-imperialista-por-terras-raras-brasileiras

Em Foco IV

Brasil, um país submisso e faminto

Por *Mateus dos Santos**
15/08/2025

O anúncio de que o Brasil saiu mais uma vez do Mapa da Fome foi celebrado pelos veículos de imprensa como a continuação das conquistas históricas trazidas pelos programas sociais dos governos petistas, principalmente o Bolsa Família. No entanto, por trás dos números oficiais, uma realidade mais dura é escamoteada: milhões de brasileiros ainda passam fome, enquanto o país exporta alimentos em larga escala e desmonta políticas de segurança alimentar. Esse artigo, dessa forma, problematiza essa narrativa, mostrando como a fome no Brasil não acabou, ela é estrutural do sistema capitalista dependente brasileiro; apenas se tornou invisível aos métodos estatísticos adotados.

De início, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera um país fora do Mapa da Fome quando menos de 2,5% da população sofre subalimentação crônica. No entanto, como aponta o veículo "Le Monde Diplomatique Brasil", no artigo de opinião "Fora do mapa, ainda com fome", esse critério escamoteia as realidades locais marcadas pela insegurança alimentar moderada ou grave que atinge 22% dos brasileiros, segundo dados do IBGE em 2025. Nessa perspectiva, as crianças indígenas e quilombolas têm taxas de desnutrição três vezes maiores que a média nacional. A fome oculta, sendo marcada pela deficiência nutricional, persiste mesmo onde há comida, sendo essa geralmente de baixa qualidade. Portanto, o Brasil pode ter saído do mapa, mas a fome apenas mudou de endereço, onde os espaços periféricos são os mais afetados.

Enquanto o governo brasileiro celebra o agronegócio como o motor da economia, os dados revelam sua contradição. Números da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 2025 apontam que 78% da soja e 60% da carne produzida no Brasil são, em sua maioria, para a exportação. Além disso, os preços altos dos alimentos básicos, como feijão, arroz e leite, tornam a cesta básica inacessível para 30% das famílias brasileiras, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A agricultura familiar, que é responsável por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, recebe

apenas 15% do crédito rural, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Como destacado pelos veículos de informação da “BBC” e da “Come Ananas News”, o modelo agroexportador capitalista atual privilegia as commodities para exportação em detrimento da soberania alimentar brasileira.

O artigo "A Superexploração do trabalho e o Imperialismo: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência para o Debate” de Gilsivan Castro de Mendonça Júnior e Janaynna de Moura Ferraz (2023) estabelece uma articulação da crítica estrutural do capitalismo dependente com a realidade concreta da fome no Brasil. Nessa perspectiva, a tese central da Teoria Marxista da Dependência (TMD) é a superexploração da força de trabalho, um conceito desenvolvido por Ruy Mauro Marini. Essa superexploração é característica do capitalismo dependente, onde os salários são sistematicamente baixos, apenas tendo como equivalente o valor necessário para, exclusivamente, a reprodução da vida precária; onde a qualidade da saúde física e mental é rebaixada, dando menos espaço ainda para o lazer e o conforto da vida urbana moderna, especialmente nos países periféricos do capitalismo. Nesse sentido, a fome oculta e a insegurança alimentar são consequências nítidas dessa dependência. De acordo com as notícias analisadas, 33 milhões de brasileiros não possuem acesso regular a alimentos, enquanto o agronegócio exportador vende para o mercado externo 78% da soja e 60% da carne produzida em território brasileiro. Para manter esse processo produtivo os trabalhadores rurais são superexplorados e não consomem a quantidade dos alimentos que produzem.

Outro conceito fundamental para esse debate é o de imperialismo. Nessa perspectiva, o imperialismo mantém os países periféricos apenas como fornecedores de commodities, subordinando suas economias às demandas do capital dos países centrais, como por exemplo os Estados Unidos, Alemanha, França e o Reino Unido. Nesse caso, o Brasil torna-se o celeiro do mundo, exportando os alimentos de alta qualidade em grande escala, enquanto que a própria população brasileira que produz esses alimentos passa fome ou possui insegurança alimentar. Essa insegurança sendo caracterizada pela não realização de todas as refeições do dia (café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta) e também pela insuficiência nutricional dos alimentos diários consumidos. Assim, a população brasileira enfrenta essa situação alimentar não pela falta de produtividade ou de abastecimento, mas sim pela prioridade do Estado burguês brasileiro ao agronegócio exportador frente ao combate à fome.

O Estado burguês, sendo caracterizado por ser o balcão de negócios da burguesia, nesse caso, a brasileira, atua como uma ponte entre os interesses do capital internacional e das elites brasileiras (grandes proprietários rurais, acionistas e banqueiros). Dessa forma, o Estado prioriza o capital em detrimento à vida. O sucateamento de programas sociais, como o Bolsa Família mostra essa subordinação às políticas neoliberais impostas pelo imperialismo.

A saída, assim, não está na análise do Mapa da Fome da ONU ou na celebração de seus resultados, mas está nas mãos de quem verdadeiramente abastece o Brasil, nessa perspectiva, da agricultura familiar. Enquanto o agronegócio recebe R$364 bilhões em subsídios/ano, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a agricultura familiar é cada vez mais precarizada, sendo pelo sucateamento neoliberal, mas também pelas pequenas propriedades que a caracterizam ou pelo baixo orçamento governamental destinado a ela. Portanto, urge a necessidade do protagonismo agrícola para essa agricultura. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros são produzidos pelos agricultores familiares, como 84% da mandioca e 67% do feijão.

Por fim, a suposta saída do Brasil do Mapa da Fome é uma narrativa enganosa que escamoteia a realidade do capitalismo brasileiro, a fome é estrutural enquanto existir capitalismo. Essa contradição é explicada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) e autores, como Ruy Mauro Marini, que revelam como a superexploração do trabalho e o imperialismo perpetuam a miséria interna brasileira.

O Estado, longe de ser um mediador neutro, atua como uma ponte entre os interesses do capital internacional e das elites brasileiras, como comprovam os cortes de 78% no orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a extinção do CONSEA em 2019. Enquanto isso, a verdadeira resistência à fome vem das cozinhas comunitárias (que servem 4,5 milhões de refeições/dia) e da agricultura familiar (responsável por 70% dos alimentos consumidos no país), que recebe apenas 15% do crédito rural (MAPA, 2025).

A fome não é um acidente, é um projeto político-econômico. Superá-la exigirá a transformação radical do sistema capitalista que a produz. Nessa perspectiva, enquanto houver dependência, a fome será política de Estado. A solução, portanto, não está em otimismos

estatísticos da ONU, mas sim na ruptura com o modelo agroexportador e na construção de uma soberania alimentar popular.

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

Referências:

BBC News Brasil. Enfrentar em campo aberto quem combate a fome no Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz71wqy7p39o. Data de acesso em 15 ago. 2025.

BARRETTO, Walter. Mesmo fora do mapa da fome, Brasil ainda precisa garantir segurança alimentar. Revista Fórum, 12 ago. 2025. Disponível em: https://revistaforum.com.br/debates/2025/8/12/mesmo-fora-do-mapa-da-fome-brasil-ainda-precisa-garantir-segurana-alimentar-por-walter-barretto-jr-185282.html. Data de acesso em: 15 ago. 2025.

Come Ananas News. Enfrentar em campo aberto quem combate a fome. Disponível em: https://www.comeananas.news/p/enfrentar-em-campo-aberto-quem-combate. Data de acesso em: 15 ago. 2025.

G1. Brasil sai novamente do mapa da fome, segundo relatório da ONU. 28 jul. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/28/brasil-sai-novamente-do-mapa-da-fome-segundo-relatorio-da-onu.ghtml. Data de acesso em: 15 ago. 2025.

ICL Notícias. Mapa da fome da ONU. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/conhecimento/mapa-da-fome-da-onu/. Data de acesso em: 15 ago. 2025.

Le Monde Diplomatique Brasil. Fora do mapa, ainda com fome. Disponível em: https://diplomatique.org.br/fora-do-mapa-ainda-com-fome/. Data de acesso em: 15 ago.2025.

MENDONÇA JÚNIOR, Gilsivan Castro de; FERRAZ, Janaynna de Moura. A superexploração do trabalho e o imperialismo: contribuições da Teoria Marxista da Dependência para o debate. São Paulo. 16 - 18 de maio de 2023.

Em Foco V

'Estado de comoção': entenda medida que Maduro avalia aplicar na Venezuela em reação a ameaças dos EUA

Por *Lorenzo Santiago*
25/09/2025

O aumento das ameaças dos Estados Unidos contra a Venezuela mexeu com o governo de Nicolás Maduro. Além de mobilizar organizações populares e as Forças Armadas para a defesa do território e da soberania, Caracas agora estuda acionar um instrumento que está na Constituição para agilizar trâmites políticos: o "estado de comoção exterior".

A medida está no artigo 338 da Carta Magna venezuelana de 1999. A ferramenta é um dos estados de exceção que pode ser usada pelo presidente em um Conselho de Ministros. A ideia é derrubar barreiras legais e facilitar a aplicação de medidas que ajudem o governo em manobras econômicas e políticas para garantir a defesa do território.

A comoção nacional exterior pode ser usada em caso de conflito externo que coloque "gravemente em risco a segurança da nação, dos seus cidadãos ou das suas instituições".

A medida dura por 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias pela Assembleia Nacional. A Constituição determina que, nesses casos, as garantias poderão ser temporariamente restringidas, exceto as que dizem respeito ao direito à vida, à proibição da tortura, ao direito ao devido processo legal, ao direito à informação e a "outros direitos humanos intangíveis".

A medida abre a possibilidade de que o presidente tome medidas que não precisam ser aprovadas pela Assembleia Nacional. O chefe do Executivo também pode delegar a execução

das medidas para outras esferas de poder. Com o estado de comoção, todo cidadão é obrigado a cooperar com as autoridades para a proteção de pessoas, bens e lugares.

A decisão também autoriza a limitação para uso de serviços e o racionamento de artigos de primeira necessidade para garantir o abastecimento dos mercados e garantir o funcionamento dos centros de produção.

A Lei Orçamentária também perde a força de limitar os gastos públicos que não estão previstos.

Maduro levantou a possibilidade de decretar o estado de comoção em uma reunião do chamado Comitê Executivo, com a presidenta do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), Caryslia Rodríguez, o presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, o procurador-geral da República, Tarek William Saab, e a vice-presidente, Delcy Rodríguez.

Durante o encontro, Maduro avaliou que a medida teria apoio popular. Nas últimas semanas, o presidente tem convocado a população para uma série de mobilizações, inclusive para o alistamento na Milícia Nacional Bolivariana.

“Esta reunião busca proteger constitucionalmente as ações do Estado venezuelano na defesa, salvaguarda e garantia da paz e da integridade territorial de nosso país, no marco da unidade nacional. O povo demonstrou isso, se alistando para estar preparado para defender a Pátria com um alto nível de consciência”, disse.

A determinação de um estado de exceção já foi usada em 2025 na Venezuela. Em maio, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou o decreto de emergência econômica para o país, logo depois do anúncio das tarifas impostas pelos Estados Unidos a 185 países, incluindo uma taxa de 15% para os produtos venezuelanos.

A medida autorizava que o Executivo emitisse algumas regulamentações excepcionais e temporárias para restaurar o equilíbrio econômico e “proteger os direitos da população”.

O Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) também convocou uma marcha nesta terça-feira (23). Milhares de venezuelanos foram às ruas de Caracas para apoiar o chavista e se posicionar contra as ameaças dos Estados Unidos.

Nas últimas semanas, os Estados Unidos deslocaram 8 navios e um submarino para o sul do Caribe com a justificativa de combater o tráfico de drogas. A Casa Branca, no entanto, afirma que o governo da Venezuela é responsável pelo transporte de drogas pela região.

A tensão aumentou ainda mais nas últimas semanas, quando os militares estadunidenses começaram a atacar lanchas que circulavam pelo Caribe sem provas. Ao menos 17 pessoas morreram em bombardeios. O governo Donald Trump afirma, sem provas, que existe um grupo criminoso chamado Cartel dos Sóis, que seria liderado por Maduro.

A pressão contra o chavismo fez parte até do discurso do republicano na Assembleia Geral da ONU. Trump disse para o mundo todo que vai manter os ataques contra traficantes na região.

“Começamos a usar o poder supremo das Forças Armadas dos Estados Unidos para destruir os terroristas e as redes de tráfico da Venezuela lideradas por Maduro. A todos os bandidos que introduzem drogas venenosas nos Estados Unidos: vamos eliminá-los da existência”, afirmou.

Carta rejeitada

No final de semana, Maduro divulgou uma carta enviada a Trump, logo depois da chegada de navios militares estadunidenses no sul do Caribe. No documento, Caracas reconhece o “esforço dos EUA” no combate ao tráfico de drogas e pede que os dois países “atuem juntos para derrotar as notícias falsas” sobre os dois países.

Antes do discurso de Trump na ONU, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, confirmou ter recebido a carta e alertou que o texto tem “muitas mentiras”.

"Vimos esta carta. Francamente, acho que Maduro repetiu muitas mentiras nela, e a posição do governo sobre a Venezuela não mudou. Consideramos o regime de Maduro ilegítimo e o presidente Trump demonstrou claramente sua disposição de usar todos os meios necessários para impedir o tráfico ilegal de drogas letais do regime venezuelano para os EUA", disse.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2025/09/24/maduro-avalia-declarar-estado-de-comocao-na-venezuela-em-reacao-a-ameacas-dos-eua-entenda-a-medida/

Em Foco VI

Bolsonaro é condenado pelo Supremo Tribunal Federal

Por *Autor não identificado*
11/09/2025

Com os votos da ministra Cármen Lúcia e do ministro Cristiano Zanin proferidos nesta quinta-feira (11), Jair Messias Bolsonaro e outros sete réus foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além de Bolsonaro, foram condenados na Ação Penal 2668 também o general Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e da Casa Civil), o general Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Alexandre Ramagem (ex-diretor da ABIN), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça e Segurança), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), general Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator no processo). Os oito réus formam o "núcleo crucial da organização criminosa", julgados pelos atos de planejamento, execução e financiamento da tentativa de golpe.

Bolsonaro e os demais réus foram condenados pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Desses crimes, apenas Alexandre Ramagem não foi condenado por dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

O ministro relator, Alexandre de Moraes, votou na última terça-feira (09) para condenar os oito réus, dando ênfase no papel de "líder e articulador" de Bolsonaro em toda a trama golpista. O ministro Flávio Dino acompanhou de forma integral o voto do relator, enquanto o ministro Luiz Fux divergiu ao votar, na última quarta-feira (10), pela absolvição de Bolsonaro em todos os crimes, embora tenha votado pela condenação de Braga Netto e Cid.

Os votos de Moraes, Dino e Cármen Lúcia apresentaram os elementos do julgamento em todas as fases da estratégia golpista, que se iniciou em 2021 e se aprofundou em 2022. Durante o voto da Ministra Cármen Lúcia, Moraes pediu a palavra para exibir vídeos e reforçar pontos da sua posição apresentada anteriormente. Durante a explanação, o ministro relator enfatizou o caráter organizado e planejado das ações dos réus, com destaque especial à figura de Bolsonaro como líder de toda trama golpista. "Quem sempre foi, além de líder, um ponta de lança desse discurso populista, que caracteriza as novas ditaduras no mundo todo, foi Jair Messias Bolsonaro, para desacreditar o Poder Judiciário", declarou Moraes. O ministro Zanin votou logo após,

Caso seja condenado por todos os cinco crimes com agravantes, Bolsonaro poderá pegar uma pena de até 43 anos de prisão. A condenação não se reverte em prisão de maneira imediata, já que para isso é necessário o trânsito em julgado, ou seja, quando não houver mais recursos. A defesa dos réus ainda pode apresentar embargos de declaração, com objetivo de questionar o conteúdo do acórdão e apontar lacunas. Não há a possibilidade de embargos infringentes pela ausência de ao menos dois votos divergentes.

O julgamento é algo histórico no Brasil: é a primeira vez que um ex-presidente e generais brasileiros são condenados por tentativa de golpe de Estado. Mesmo que Bolsonaro e seus aliados não estejam sendo julgados pelas milhares de mortes, muitas evitáveis, na catastrófica gestão sanitária da pandemia de COVID-19, a condenação e punição dos réus representa um marco histórico no Brasil. O julgamento, que tem sido recepcionado com especial ênfase e destaque na imprensa burguesa internacional, marca a primeira vez em que a anistia não é utilizada para defender aqueles que atacam diretamente a classe trabalhadora brasileira.

Link: https://jornalofuturo.com.br/artigo/DyhF5X-bolsonaro-e-condenado-pelo-supremo-tribunal-federal

Em Foco VII

O que será da Bolívia? Algumas lições sobre o que não fazer.

Por *Rafael Alves Ribeiro**
24/09/2025

Nesse momento, defrontamo-nos diante de algo muito inusitado tendo a Bolívia como palco: depois de 20 anos no governo, como pode a esquerda sofrer uma derrota eleitoral tão humilhante, sendo escanteada do segundo turno? Tentemos compreender essa conjuntura.

No fatídico dia de 17 de agosto, nossos irmãos foram às urnas escolher seu próximo presidente para os 5 anos seguintes. O resultado foi aterrador, com dois representantes da direita seguindo para a próxima fase, a ser realizada no dia 19 de outubro. Rodrigo Paz Pereira, senador e membro do Partido Democrata Cristão, não era esperado continuar na disputa segundo as pesquisas, que dirá liderá-la, com surpreendentes 32% dos votos válidos. Logo abaixo dele, seguiu, com 26,7%, Jorge Fernando "Tuto" Quiroga Ramírez, fascista que presidiu o país por um ano, entre 2001 e 2002. Pela primeira vez em duas décadas, o campo progressista não teve sequer a chance de disputar o segundo turno, protagonizando uma verdadeira vergonha internacional.

Rodrigo Paz foi a grande surpresa. Herdeiro de uma família política tradicional, filho do ex-presidente Jaime Paz Zamora, conseguiu apresentar-se como "renovador", alguém distante do establishment de La Paz e próximo da realidade de Tarija, seu reduto eleitoral. Sua bandeira de "capitalismo popular", com crédito barato, descentralização do Estado e estímulo a pequenos negócios fala a um eleitorado cansado e desesperançoso. Não deixa de ser irônico como em um país marcado por profundas desigualdades, um herdeiro da elite política aparece como arauto da mudança.

Jorge Quiroga, por sua vez, representa a velha guarda neoliberal. Sua trajetória é de puro continuísmo das políticas privatistas e repressivas que marcaram a Bolívia nos anos 1990 e início dos 2000. Enquanto presidente, teve grande alinhamento com Washington e defendeu iniciativas de criminalização dos movimentos sociais. A sua presença no segundo turno é o fantasma do passado assombrando novamente o presente. Ainda assim, entre Paz e Quiroga, não há antagonismo real, são variações de um mesmo projeto liberal, farinha do mesmo saco.

É preciso também considerar o papel de Samuel Doria Medina, milionário que liderava as pesquisas, mas acabou em terceiro. Sua derrota revela que a rejeição ao Movimento ao Socialismo (MAS) não se converteu em uma adesão automática a uma candidatura sustentada apenas pelo poder financeiro. Uma parcela do eleitorado buscou uma alternativa que parecesse genuinamente nova, e Paz, apesar de sua origem na elite política, conseguiu projetar essa imagem e capitalizar a desilusão com os nomes tradicionais.

O que está diante de nós não se trata apenas da vitória da direita, mas do colapso histórico de um ciclo político. O MAS, desde 2005, conseguiu avançar com algumas significativas reformas na Bolívia: nacionalizações estratégicas, políticas sociais relativamente robustas, ascensão das minorias indígenas ao centro da política, etc Mas toda hegemonia, quando não se renova, esgota-se.

Luis Arce, eleito em 2020 e atual presidente, foi um considerável elemento dessa debilidade. Tecnicista, evitou conflitos, e sua postura de não tensionar nada terminou por significar não enfrentar coisa alguma. O que se dizia ser equilíbrio mostrou-se imobilismo, ou seria covardia? No meio de uma crise, esse estilo revelou-se suicida. Entre Arce e os outros dois candidatos progressistas, Andrónico Rodríguez e Eduardo del Castillo, não houve um projeto unificado, apenas disputas que apontam para personalismos descolados das bases.

O conflito com Evo Morales agravou o cenário. Ele constantemente afirmava ser perseguido pelo governo de seu ex-aliado. Impedido de concorrer por decisão judicial que proíbe mais de uma reeleição, Evo incentivou o voto nulo, que chegou a 19,3%, e lançou dúvidas sobre a legitimidade do processo. Ao invés de fortalecer a esquerda, aprofundou sua fragmentação ao direcionar seus eleitores imprudentemente.

Ora, não se trata apenas de erros individuais de Arce ou Evo, claro. O que está em jogo é a contradição entre um partido que nasceu das lutas camponesas e indígenas e que hoje age enquanto máquina burocrática. O MAS institucionalizou-se, mas perdeu o vínculo vivo com a pauta da luta de classes.

Desde 2014, com a queda dos preços do gás, principal fonte de entrada de moedas estrangeiras, o país vem enfrentando desafios econômicos. Arce tentou prolongar o fôlego com subsídios e reservas cambiais, mas sem grandes sucessos. A inflação crescente, o desabastecimento e o desemprego, especialmente durante a pandemia, corroeram a legitimidade do governo. Nesse terreno fértil, a direita floresceu com promessas de eficiência e modernização. Paz vestiu a clássica fantasia de gestor pragmático e Quiroga retomou o discurso da ordem e da disciplina liberal.

O que parece é que o povo votou contra o MAS, não necessariamente em favor da direita. Mas, como a história ensina, quando a esquerda se mostra incapaz de oferecer saídas, é a direita quem se beneficia. Esta não se reinventou, apenas esperou. Ainda que dividida em três candidaturas, unificou-se no essencial, derrotar o MAS, enquanto a esquerda não conseguiu mobilizar sequer um discurso comum para resistir.

A vitória eleitoral da direita, seja com Paz ou Quiroga, já está dada. A Bolívia entrará em um novo ciclo de instabilidade. A direita governará e destruirá quanto mais puder das políticas públicas. A esquerda permanecerá fragmentada e desmoralizada? O desafio é colossal, exige mais do que trocar nomes, mas reconstruir os vínculos com os movimentos sociais e retomar uma agenda transformadora que vá além da administração de crises e gerenciamento da pobreza. O exemplo do MAS é um alerta: partidos que surgem das lutas populares podem, com o tempo, perder-se na burocracia do poder. E quando isso acontece, a direita retorna triunfante, mesmo sem oferecer nada de realmente novo. Soa familiar, não?

Isso porque esse processo não é um caso isolado, mas parte do que está parecendo ser uma última tendência em nossa América Latina, uma dinâmica de refluxo progressista. Na Argentina, no Brasil, no Equador, em El Salvador… A burocratização do partido, a perda de vínculo com as massas e a incapacidade de articulação de projetos populares consistentes têm

criado um terreno fértil para a direita legitimar políticas de austeridade, privatizações e repressão social. Por outro lado, governos como os de Gustavo Petro, na Colômbia, e Claudia Sheinbaum, no México, mostram que é possível resistir a essa maré, mantendo ligação com movimentos sociais e pautas estruturantes, mesmo em contextos adversos.

Lembremos que não há vazio no poder, quando a classe trabalhadora não organiza sua alternativa, a burguesia preenche o espaço. A história será implacável com aqueles que, ao invés de fortalecer a luta de classes, preferiram a comodidade da institucionalidade. Se o futuro da Bolívia depender apenas da alternância entre neoliberais de ontem e neoliberais de hoje, o horizonte é sombrio. As contradições permanecem vivas. Os povos indígenas, os camponeses, os trabalhadores urbanos não desapareceram.

Enfim, a esperança não reside apenas na disputa eleitoral, limitada e capturada pelas lógicas burguesas. Este pode ser, e deve-se trabalhar para que seja, o momento em que a esquerda boliviana reencontre sua radicalidade. É preciso tensionar, polarizar, resgatar a memória insurgente que deu origem ao MAS. A perspectiva não pode ser meramente a de gestão desse capitalismo dependente, mas a construção de um projeto revolucionário que reorganize as forças populares em torno de um futuro socialista. Porém, para isso, o presente deve ser de luta!

***Bolsista pesquisador do PROEALC e Graduando do curso de Ciências Sociais da UERJ.**

REFERÊNCIAS:

BBC News Brasil. Como esquerda se autodestruiu na Bolívia e ficou fora do 2º turno após duas décadas no poder. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2xppxgnkyo. Data de acesso em 23 set. 2025

Brasil 247. Bolívia vive derrota histórica da esquerda e eleição presidencial vai ao segundo turno em outubro. Disponível em: https://www.brasil247.com/americalatina/bolivia-vive-derrota-historica-da-esquerda-e-eleicao-presidencial-vai-ao-segundo-turno-em-outubro. Data de acesso em 22 set. 2025

Brasil de Fato. Luis Arce diz que não teme vitória da oposição na Bolívia: 'Que ganhe a direita, mas que o faça de maneira correta'. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/16/luis-arce-diz-que-nao-teme-vitoria-da-oposicao-na-bolivia-que-ganhe-a-direita-mas-que-o-faca-de-maneira-correta/. Data de acesso em 22 set. 2025

Brasil de Fato. Quem são Rodrigo Paz e Tuto Quiroga, candidatos que disputam a presidência da Bolívia no 2º turno. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/08/18/quem-sao-rodrigo-paz-e-tuto-quiroga-candidatos-que-disputam-a-presidencia-da-bolivia-no-2o-turno. Data de acesso em 22 set. 2025

Jornal da UNESP. Fim do ciclo da esquerda no governo da Bolívia reflete anos de alta tensão política e crise econômica profunda. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2025/08/21/fim-do-ciclo-da-esquerda-no-governo-da-bolivia-reflete-anos-de-alta-tensao-politica-e-crise-economica-profunda. Data de acesso em 23 set.2025

CartaCapital. Quatro pontos-chave para entender os resultados do 1º turno da eleição presidencial da Bolívia. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/quatro-pontos-chave-para-entender-os-resultados-do-1o-turno-da-eleicao-presidencial-da-bolivia. Data de acesso em 23 set. 2025

Carta Capital. Tribunal Eleitoral confirma Paz e Quiroga no 2º turno das eleições na Bolívia. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/tribunal-eleitoral-confirma-paz-e-quiroga-no-2o-turno-das-eleicoes-na-bolivia. Data de acesso em 23 set. 2025

O Globo. Quem é Rodrigo Paz, candidato 'azarão' que liderou no primeiro turno das eleições na Bolívia. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/08/18/quem-e-rodrigo-paz-candidato-azarao-que-liderou-no-primeiro-turno-das-eleicoes-na-bolivia.ghtml. Data de acesso em 22 set. 2025

Opera Mundi. 'Direita volta ao poder na Bolívia por decisões inaceitáveis da esquerda', diz analista. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/direita-volta-ao-

poder-na-bolivia-por-decisoes-inaceitaveis-da-esquerda-diz-analista. Data de acesso em 24 set. 2025

Em Foco VIII

Após protestos nas ruas, CCJ do Senado enterra PEC da Blindagem com rejeição unânime e apoio de 'envergonhados'

Por *Leonardo Fernandes*
24/09/2025

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal rejeitou por unanimidade, nesta quarta-feira (24), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apelidada de "PEC da Blindagem", aprovada na última semana pela Câmara dos Deputados. A ausência de votos divergentes faz com que a proposta seja imediatamente arquivada, sem a possibilidade de recurso ao plenário.

O arquivamento da matéria ocorreu após as mobilizações massivas do último domingo (21), que levaram milhares de pessoas às ruas em todo o país em repúdio ao texto que blinda parlamentares e à tentativa de anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado.

O relator da proposta na CCJ, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), indicou a "inconstitucionalidade, injuridicidade e rejeição da proposta", não sem antes criticar ponto a ponto da PEC em seu relatório.

"A PEC número 3, PEC da Blindagem, também representa um gigantesco passo atrás no tocante à transparência, ao exigir voto secreto para deliberação sobre autorização para que parlamentares sejam processados e para que a casa legislativa resolva sobre os casos de prisão em flagrante", avaliou. "Se a votação secreta pode ser capaz de afastar determinadas pressões, ao mesmo tempo, ela enfraquece o controle popular sobre seus representantes em violação aos princípios democrático, representativo e republicano, fundamentais cláusulas pétreas da nossa Constituição, do nosso país", considerou o relator.

Segundo Vieira, já existe prerrogativa constitucional para a suspensão de processos judiciais contra parlamentares diante de abusos do Poder Judiciário. Ele citou o caso do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que teve parte das acusações contra ele suspensa por decisão do parlamento, já que se tratava de supostos crimes cometidos quando o deputado já havia sido diplomado.

"Há pouquíssimos dias, a casa vizinha suspendeu parcialmente o processo, os processos referentes ao deputado federal Alexandre Ramagem. O deputado federal Alexandre Ramagem teve os processos referentes a atos praticados por ele após a sua diplomação suspensos por decisão da casa legislativa respectiva, que é a Câmara dos Deputados", apontou.

Por outro lado, descartou que determinadas declarações de parlamentares sejam objeto de imunidade, sempre e quando firam direitos de outros. Ele citou o caso das queixas-crimes apresentadas pela então deputada federal e hoje ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo, Gleisi Hoffmann, contra o deputado Gustavo Gayer (PL-GO), que usou palavras de baixo calão e chegou a chamá-la de "prostituta".

"Com todo respeito, me parece absolutamente impossível atrelar tais agressões ao legítimo exercício do mandato parlamentar", disse o senador.

"Com isso tudo, observa que o objetivo real da PEC, da blindagem é proteger autores de crimes graves, como corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, tráfico de entorpecentes e infiltração cada vez mais na atividade de milícias e facções no nosso país. Isso configura um absolutamente claro desvio de finalidade e, por consequência, uma absoluta inconstitucionalidade chapada", avaliou o relator, que parafraseou Guimarães Rosa ao final de seu voto. "O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim. Ela esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que a vida quer da gente é coragem".

"Vossa Excelência teve a coragem cívica de pautar com a urgência devida essa matéria absurda", disse Vieira, dirigindo-se ao presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA). "E eu confio que o plenário da comissão também terá coragem de rejeitar a PEC da blindagem, virando essa página triste do nosso legislativo e homenageando a nítida vontade popular brasileira que clama por mais justiça", finalizou.

Bolsonaristas envergonhados… até a segunda página

O senador bolsonarista Jorge Seif (PL-SC) chegou a apresentar um voto em separado, ou seja, uma proposta alternativa ao relatório de Vieira, mas o retirou logo em seguida. O Partido Liberal deu 100% dos votos de sua bancada na Câmara à PEC da Blindagem. Durante a votação, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) chegou a dizer que queria "ser blindado".

Seif reconheceu a rejeição popular à proposta. "Nós precisamos ouvir a voz das ruas", disse o senador.

Quem também votou por encerrar a tramitação da matéria foi o senador Sérgio Moro (União-PR), que defendeu a proteção parlamentar para crimes contra a honra, como o caso do deputado Gayer, mencionado por Vieira.

"Nesse projeto, eu apresentei junto com vários pares uma emenda cujo objetivo era muito claro: reduzir a abrangência da proteção apenas para crimes contra a honra", afirmou Moro. "Penso que poderíamos avançar, mas o relator não acolheu, não vou insistir na PEC nesse momento", disse o ex-juiz, que foi logo respondido pelo petista Fabiano Contarato (PT-ES).

"Meu pai, motorista de ônibus, minha mãe, semialfabetizada, me deram educação. Eu estou falando isso porque quando eu vejo o parlamentar defendendo imunidade parlamentar para quem pratica crime… a liberdade de expressão não pode ser utilizada para prática de crime. É simples assim", disse o senador.

'Máscaras caíram'

O senador e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) Humberto Costa (PE) não deixou a contradição da extrema direita passar imune a críticas. Segundo ele, não fossem as multitudinárias mobilizações do último domingo (21), os bolsonaristas, aliados ao Centrão, teriam seguido na empreitada da blindagem.

“Depois daquelas enormes manifestações do último domingo e de pesquisas que mostraram que mais de 80% da população é contra essa proposta, a mim parece e é claro que a máscara caiu. Obviamente as pessoas tiveram essa chance de mudar de opinião, mas é claro que a extrema direita desse país patrocinou essa proposta”, disse o senador.

Costa destacou ainda a inversão de prioridades da direita brasileira em relação às pautas de interesse nacional. “[A extrema direita] sempre a recusa de discutir os temas de grande interesse da população, como agora o Imposto de Renda, a isenção. A Câmara está lá enrolando a proposta que foi mandada pelo governo”, ressaltou.

“O Senado hoje vai decretar o fim dessa proposta indecente. Mas a coisa mais importante, no meu ponto de vista, é que realmente a máscara da extrema direita caiu no nosso país”, completou.

O líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), também destacou o papel da oposição bolsonarista na Câmara e da articulação com partidos do centrão para a aprovação da PEC.

“É importante dar os nomes devidos aos bois como eles são. Como essa proposta foi parida lá na Câmara dos Deputados? Ela foi parida de uma articulação de uma proposta que estava arquivada há algum tempo, em favor da tramitação também da proposta de anistia que o principal partido de oposição defende lá na Câmara dos Deputados”, recordou.

Rodrigues denunciou que embora a rejeição tenha sido unânime na comissão, até a véspera da votação, a extrema direita articulava aprovar uma emenda para criar uma “blindagem nutella”, uma alternativa à PEC aprovada na Câmara.

“Nós vamos votar por aclamação e não vai ter emendas, embora ontem tenha surgido uma proposta de emenda que relativizava, que mantinha viva, em outras palavras, que criava uma blindagem não inteira, mas pela metade. Em outras palavras, que criava uma blindagem ‘nutella’ e não uma blindagem raiz”, destacou o senador do Amapá.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2025/09/24/apos-protestos-nas-ruas-ccj-do-senado-enterra-pec-da-blindagem-com-rejeicao-unanime-e-apoio-de-envergonhados/

Agenda Acadêmica

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL Cultura ,Memoria Y Tradición en América Latina(19 de setembro até 5 de dezembro)

Apresentação: O Seminário internacional cultura, memoria y tradición en América Latina que ocorrerá nos dias 5 de setembro até 19 de dezembro promovido pela Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo localizada em Morelia e fundada no ano de 1540 ,o curso que oferece conferências mensais tem como principal objetivo aumentar o arcabouço teórico diante das perspectivas de demarcação territorial e globalização ,logo como esse fato atravessa as novas relações diplomáticas que podem ser desenvolvidas entre as nações latino americanas, respeitando a sua soberania nacional.

Data e local: 5 de setembro a 19 de dezembro de 2025, UMSNH – Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo-México.

Para mais informações: https://umich.mx/seminario-internacional-sobre-america-latina-y-el-internacionalismo-ginebrino/

SEMINÁRIO INTEGRADO HISTÓRIA: Saberes, Memórias e Resistências: História, Cultura e Educação como práticas de transformação social (6 a 10 de outubro) - UNIR

Apresentação: O evento será promovido pelo Programa de Pós Graduação em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia Que tem como principal objetivo a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos mestrandos e doutorandos das duas principais linhas de pesquisa oferecidas que são populações, etnicidades e cultura; usos , representações e trabalho, poder e práticas sociais ambas

visam o entendimento das construções nas relações de poder que demarcam a história da Amazônia a partir de uma crítica à colonialidade e territorialidade.

Data e local: 06 a 10/10/2025, UNIR, Caiaria, Rondônia, Brasil.

Para mais informações: https://ppgham.unir.br/homepage

IX Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte

Apresentação: O evento visa abordar os trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Pós graduação em educação da universidade Federal do Rio Grande do Norte que tem principais linhas de pesquisa práticas educativas, filosóficas e sociolinguísticas e comunicativas com o objetivo de desenvolver habilidades em educação de pessoas com necessidades especiais.

Data e local: 24 a 25 de Novembro de 2025, UFERSA, Mossoró - RN.

Para mais informações: https://www.even3.com.br/cohisme2025-626745/

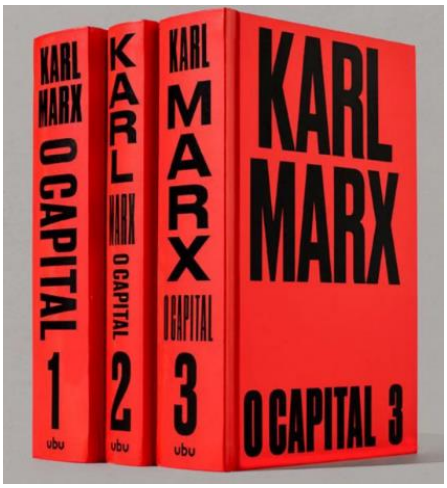
Lançamentos

RUY MAURO MARINI. DEPENDÊNCIA E REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA: TEXTOS SELECIONADOS (1972 – 1994), por Fernando Correa Prado, Rodrigo Castelo, Expressão Popular, 2025



Sinopse: Como afirma a professora Marcela Soares, que assina a orelha: "Marini, no conjunto desta coletânea, ressalta os caminhos democráticos na direção da luta por soberania, autodeterminação e libertação da dependência para atender as necessidades dos povos latino-americanos. Porém, enfatiza que a emancipação está umbilicalmente conectada à disputa classista para destruir a sociabilidade capitalista e garantir a manutenção dos meios de vida para a humanidade."

[NOVO] O CAPITAL – EDIÇÃO PADRÃO. Karl Marx. Ubu, 2025.



Sinopse: O capital da Ubu resgata a consagrada tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, com coordenação e revisão de Paul Singer. Publicado nos anos 1980, o texto se favoreceu das leituras e discussões de um grupo de pensadores que se reunira três décadas antes, incluindo o próprio Paul Singer, Bento Prado Júnior, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, entre outros. O capital da Ubu, com tradução totalmente revisada, preserva a divisão em três tomos do original alemão.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Coordenação de Produção e Edição
Bernardo Cardoso de Almeida Vieira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Mateus dos Santos Nascimento
(PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Alves Ribeiro
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Thaís Lopes Cortes
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.